

ACTA NÚMERO 14/XII/ 1.^a SL

Aos 12 dias do mês de Outubro de 2011, pelas 09:00 horas, reuniu a Comissão de Agricultura e Mar, na sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audição da Casa do Douro, sobre problemas vividos na Região Demarcada do Douro, requerida pelo PS.
2. Audição da UNIDOURO -. União das Adegas Cooperativas da Região Demarcada do Douro, CRL, sobre problemas vividos na Região Demarcada do Douro, requerida pelo PS.
3. Audição da AVEPOD – Associação de Viticultores Engarrafadores dos Vinhos do Porto e Douro, sobre problemas vividos na região demarcada do Douro, requerida pelo PS.
4. Audição da AEVP – Associação de Exportadores do Vinho do Porto, sobre problemas vividos na região demarcada do Douro, requerida pelo PS.
5. Audição do Senhor Secretário de Estado das florestas e Desenvolvimento Rural, sobre problemas vividos na Região Demarcada do Douro, requerida pelo PCP (18H).

A reunião foi presidida pelo Senhor Presidente da Comissão, Deputado Vasco Cunha que cumprimentou os Senhores Deputados. Recordou que a CAM iria ter um dia muito preenchido, quatro Audições de manhã (9H às 13h) e uma à tarde com início às 18H.

A primeira Audição foi com a Casa do Douro cuja delegação era composta pelos senhores Manuel António Araújo dos Santos (Presidente), António Luís da Costa Januário e João Manuel Lopes Leonardo.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Fernando Jesus, Luís Pedro Pimentel, Abel Baptista e Agostinho Lopes. A delegação da Casa do Douro respondeu às questões colocadas.

Seguiu-se a Audição com a UNIDOURO cuja delegação era composta pelos Senhores José Manuel Santos (Presidente), Pedro Pires, José Luís Barros, Francisco José Moreira e Eng. Lencastre.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Fernando Jesus, Luís Pedro Pimentel, Manuel Isaac e Agostinho Lopes. A delegação da UNIDOURO respondeu às questões colocadas.

As audições continuaram com a AVEPOD, cuja delegação era composta pelo Dr. Miguel Braga.

Usaram da palavra os Senhores Deputados Luis Pedro Pimentel, Rui Jorge Santos, Abel Baptista e Agostinho Lopes. A delegação da AVEPOD respondeu às questões colocadas.

A seguinte Audição foi com uma delegação da AEVP cuja delegação era composta pelos Senhores António Saraiva (Presidente), José Teles, Isabel Marrana, Francisco Tovar, George Sanderman. Usaram da palavra os Senhores Deputados Rui Jorge Santos, Luís Pedro Pimentel, Abel Baptista e Agostinho Lopes.

A reunião foi interrompida cerca das 13H e 30m, tendo recomeçado às 18H com a Audição do Senhor Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, que teve lugar na sala 1.

Na primeira ronda usaram da palavra os Senhores Deputados Agostinho Lopes, Luís Pedro Pimentel, Rui Jorge Santos e Abel Baptista. O Senhor Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, Daniel Campelo respondeu individualmente às questões colocadas.

Na segunda ronda usaram da palavra os senhores Deputados Pedro Alves, Fernando Jesus, Manuel Isaac e Agostinho Lopes. O Senhor Secretário de Estado respondeu individualmente às questões colocadas.

Na terceira ronda usaram da palavra os Senhores Deputados Teresa Santos, Rui Jorge Santos, Abel Baptista e Agostinho Lopes. O Senhor Secretário de Estado respondeu globalmente às questões colocadas.

Durante as Audições foram abordados, entre outros, os seguintes temas: redução dos benefícios, posição do Presidente do IVDP, o que levou à demissão do Presidente do IVDP? Problemas vividos pela Casa do Douro; futuro da Região Demarcada do Douro; salários em atraso na Casa do Douro; não há problemas de produção, mas sim de venda de vinho; questões do interprofissional; os 8 milhões de euros serão devolvidos ao IVDP? Administração da Casa do Douro também tem salários em atraso? Dívida da Casa do Douro, os vinhos que possui dão para pagar? Indemnizações decorrentes de intempéries e doenças; papel da grande distribuição; crédito de campanha; o Douro não produz a mais, vende é a menos; GT constituído pelo Governo, quem é? Propostas das associações para mitigar os problemas vividos na Região? Efeitos da possível subida do IVA; aumento dos custos de produção; marcas brancas; relação entre a produção e a grande distribuição; Imposto especial sobre o consumo; aumento da área de produção; necessidade de alterar o modelo do IVDP, o IVDP é autónomo, todas as taxas que recebe vêm do sector; não é fácil deixar de vender marcas brancas; justificava-se a demissão do Presidente do IVDP a tão pouco tempo do final do mandato? Lealdade institucional, o presidente do IVDP deveria ter consultado o Governo, dado não haver consenso? Temática da promoção; papel do poder local

na ajuda à Região, e o papel da Universidade? Menos Estado, mais interprofissional; a crise do Douro não se cinge apenas ao vinho; no meio destas questões houve um saneamento? Qual a proposta do Governo para a Casa do Douro? Estratégia para a promoção do vinho do Porto; situação das Adegas Cooperativas e o seu passivo; ainda não foi constituído nenhum GT; necessidade de alteração do Código Cooperativo; alteração dos Estatutos da Casa do Douro; retirar benefícios às letras E e F é matéria muito delicada e que o interprofissional terá que analisar; dia importante para o Douro, discutiram-se, durante todo o dia na AR, os seus problemas e foram abordadas soluções para o futuro; papel do IVDP; o Douro não tem só o problema do vinho, mas não há Região onde o vinho seja tão decisivo; transferência de plantio de outras regiões; postura de diálogo para encontrar as melhores soluções.

Durante as Audições foram entregues os seguintes documentos:



CASA DO DOURO
Desde 1932

AUDIÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO DA REGIÃO DEMARCADA DO DOURO

12.10.2011

COMISSÃO DE AGRICULTURA E MAR
ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Os problemas que recaem sobre os Viticultores e respectivas Associações na Região Demarcada do Douro são muitos e alguns não param de se agravar de há pelo menos quinze anos a esta parte.

Tais problemas têm sobrevivido, por um lado, a todas as promessas de responsáveis político-partidários pertencentes ao chamado arco do poder, de Governantes bem como a Resoluções de Conselhos de Ministros e, por outro, às decisões da Assembleia da República.

Situação que, com toda a clareza e frontalidade o afirmamos, não se nos apresenta de compreensão minimamente benévola para todos os envolvidos.

Dois exemplos apenas, entre outros, para confirmar a gravidade da situação actual.

Reportando-nos a 1997, primeiro dos quinze anos referidos, destinaram-se à elaboração de Vinho do Porto (benefício) 131.500 pipas de mosto e os coeficientes para cada uma das classes de vinhas foram os seguintes:

A	B	C	D	E	F
2.980	2.980	2.710	2.710	2.340	1.000

Nesta quinzena de anos poderão constatar-se, no que respeita aos quantitativos de Vinho do Porto elaborado, dois períodos bem distintos. O que decorreu até 2001 e desde aí até aos dias de hoje.

O primeiro período culminou uma década de crescimento no quantitativo de mosto beneficiado e nas vendas de Vinho do Porto.



CASA DO DOURO
Desde 1932

2

O excesso de capacidade de venda atingiu baixos valores (9,18 % em 2000 e 15,22% em 2001), incapazes de suportar novas subidas nas transacções sem ruptura dos stocks. Daí o acréscimo nos quantitativos beneficiados em 2000 e 2001

O segundo período, salvo casos pontuais, é caracterizado por agravamentos sucessivos nos preços pagos ao Produtor independentemente do sentido das variações dos quantitativos fixados para beneficiação. Das 135.000 pipas de mosto beneficiado em 2002 passou-se pelas 107.900 em 2003, pelas 126.000 em 2004, pelas 110.000 em 2009 e 2010 para finalmente, em 2011, se assistir a uma queda abrupta para as 85.000 pipas, só entendível caso se desse uma significativa subida de preços junto da Produção, com que de resto o Comércio não se comprometeu.

Todos estes valores foram analisados e aprovados no seio do Conselho Geral da CIRDD e, desde 2004, no Conselho Interprofissional do IVDP. É importante anotar que até 2003 o Comunicado de Vindima estava sujeito a prévia homologação do Secretário de Estado com tutela na área.

Partindo dos coeficientes atrás referidos para 1997, um simples exercício demonstrará a brutal quebra de rendimentos a que têm sido submetidos os Viticultores Durienses neste segundo período.

De facto se em vez das 131.500 pipas autorizadas em 1997 se tivessem elaborado apenas 85.000 pipas de mosto, com manutenção da área global de vinha e sem alteração da sua distribuição por classes, os coeficientes por hectare teriam sido:

	A	B	C	D	E	F
1997	1.926	1.926	1.751	1.751	1.512	646

Ora em 2011 as 85.000 pipas de mosto permitiram apenas os seguintes coeficientes:

	A	B	C	D	E	F
2011	1.560	1.535	1.420	1.388	1.201	523

Estes dados provocaram duas quebras de rendimentos no mesmo sentido:



CASA DO DOURO
Desde 1932

3

- A resultante da quebra do quantitativo global de 131.500 pipas para 85.000 pipas o que significa, a terem-se mantido os preços praticados em 1997, uma diminuição de 35,4% no rendimento por hectare;
- A resultante da diminuição dos coeficientes, provocada pelo aumento da área em várias das classes, conforme se retira dos dois quadros anteriores e se verifica no seguinte.

A	B	C	D	E	F
↓ 19,1%	↓ 20,3%	↓ 19,9%	↓ 20,7%	↓ 20,6%	↓ 19%

Adicionando os 35,4% da perda do quantitativo com 19% de perda resultante do aumento de área, teremos uma quebra de rendimentos por hectare de 54,4%.

No que aos preços/pipa diz respeito, em 1997 o Comunicado de Vindima definiu como indicativo o intervalo de 165.000\$00 (823,02 €) desde a classe A, até 150.000\$00 (748,20 €) para a classe F.

Era ainda o tempo em que no Comunicado de Vindima constavam os preços indicativos a praticar, que normalmente eram cumpridos até por excesso. O desaparecimento destes preços retirou à generalidade dos Viticultores um elemento precioso de análise.

Fazendo-se a devida correcção monetária, tais preços significariam já em 2007 valores pouco superiores a 1.000 €/pipa, bem superiores aos preços praticados em 2010 e muito semelhantes aos praticados em 2000/2001.

Do mesmo modo não nos parece que os preços praticados na actual vindima se tenham alterado significativamente face à média dos preços verificados em 2010, que foi de 865 € para quem vendeu uvas e 897 € para quem vendeu vinho. Tudo isto sem contabilizar os significativos aumentos no que toca aos custos com pessoal e demais factores de produção.

Por estes factos terão os Viticultores Durienses mais uma quebra significativa de rendimentos.

A explicação para a situação actual parece simples e encontramos-la nas palavras proferidas pelo Sr. Paul Symington, primeiro responsável de uma das maiores, senão da



Comissão de Agricultura e Mar



CASA DO DOURO

Desde 1932

4

maior, Firma de exportação, em entrevista ao Jornal de Negócios no passado dia 4 do corrente mês. Diz então o Sr. Symington, que a guerra com a grande distribuição “foi perdida”, conduziu à “diminuição das margens de lucro” tendo a sua Empresa corrido o risco de ser “desalistada” como vendedora se persistisse no aumento do preço dos seus vinhos.

Deixamos à consideração de V^{os} Ex^{as} concluir sobre quem terão sido as grandes vítimas desta guerra perdida pelos comerciantes e do muito que se deveria ter feito, e não fez, no respeitante à promoção dos vinhos da Região Demarcada do Douro.

Tributar duplamente o Sector retirando-lhe mais de 8 milhões de euros, que eram das Profissões, como o fez o Governo anterior, para incluir no OGE é algo incompreensível e que só pode ser remediado com a pronta devolução.

Um segundo exemplo, ainda de conclusões mais concretas e elucidativas da situação absolutamente insustentável em que foram colocados os Viticultores Durienses, assenta nas conclusões a que chegou o Grupo de Trabalho constituído a 03.11.2010 no seio do Conselho Interprofissional do IVDP para abordar a questão da utilização de aguardentes provenientes da destilação de vinhos excedentes da Região.

Conclusões que, depois de alguns retoques, foram aprovadas unanimemente pelo próprio Conselho.

Segundo tal trabalho, os custos de produção de uma pipa de vinho na RDD situam-se no intervalo de 625 €, para o granjeio amador, e 890 € para o granjeio profissional na base da produtividade média verificada nos últimos 6 anos.

Das conclusões do grupo retira-se que o preço das uvas para elaboração de uma pipa de vinho tranquilo anda entre os 100 € e os 150 €, o que não chega para pagar os custos de produção.

Como consequência dos preços hoje praticados, bem inferiores aos constatados em 2001, temos mais um forte elemento de degradação dos rendimentos auferidos pelos Viticultores.



CASA DO DOURO
Desde 1932

5

Por tudo isto é legítimo constatar que a generalidade dos Viticultores Durienses caminha a passos largos para a falência, se é que nela já não estão muitos deles, especialmente os que neste período de 15 anos fizeram investimentos com recurso ao sistema financeiro.

Quem suportará na Produção, e em que condições, quebras de rendimentos superiores a 60%?

Esta situação tem que ser olhada e resolvida de frente e com urgência. Os Viticultores endividados querem prosseguir a sua actividade e pagar as suas divisas. Bom será que lhes sejam concedidas condições de prazo, e outras, para isso!

Em paralelo, há quem todos os anos, em resultado do seu negócio, que afirma fazer com “redução das margens de lucro”, tenha a felicidade de angariar meios para a compra de novas propriedades.

Os Viticultores do Douro e as suas Associações não podem deixar de estar numa situação de pré catástrofe que naturalmente se agrava nos casos em que a qualidade de gestão não é a melhor e mais adequada.

No Douro corre-se hoje o risco, pela crise em que mergulhou, de se confundirem os ideais e os princípios com as organizações existentes, o que se nos apresenta profundamente errado.

Salvem-se, enquanto é tempo, ideais e princípios e faça-se tudo para salvar as organizações, garantes do equilíbrio entre profissões, introduzindo as alterações institucionais e de gestão que se venham a mostrar necessárias.

Faça-se isso sem demoras, aproveitando o que de bom transitou do passado. Não se comece tudo de novo, não se repitam erros já por outros cometidos, não se criem novas baralhações, ouça-se quem deve ser ouvido pela representatividade que efectivamente possui e não por outras razões.

Perguntemo-nos, finalmente, sobre os efeitos provocados junto da Produção pela concentração que se deu no sector da comercialização e se o aparecimento de outros agentes económicos nesta área, nomeadamente com raízes no tecido social da Região, não trariam efeitos positivos pondo termo a uma certa acomodação que parece instalar-



CASA DO DOURO
Desde 1932

6

se, já que é inequívoco que, apesar das enormíssimas dificuldades, a Produção respondeu positivamente à exigência de maior qualidade.

Apontadas as péssimas condições vividas pela generalidade dos produtores Durienses, importa complementar este trabalho, introdutório às perguntas que certamente os Senhores Deputados nos quererão fazer, apresentando alguns dados sobre as Cooperativas que com todos os Viticultores e Associações, completam os representados pela Casa do Douro.

A primeira questão que estes últimos 15 anos nos vem colocando é se as Cooperativas e as Associações deveriam integrar, ou não, os Órgãos deliberativos da Casa do Douro nos termos definidos pelas sucessivas reformas institucionais ou se, pelo contrário, todos ganharíamos na Produção se a defesa de interesses próprios e específicos nomeadamente, no caso das Cooperativas, os relacionados com a sua função de vinificação e comercialização, fossem assegurados por organizações próprias, ainda que ligadas à Casa do Douro.

Dito de outro modo mais directo: para além de ter todos os Viticultores como seus Associados, a Casa do Douro ganharia ou perderia coerência, força e autenticidade nos valores que lhe cumpre defender, com a presença directa nos seus Órgãos de Cooperativas e Associações?

A nossa constatação vai no sentido de que a Casa do Douro ganharia com a ausência, sem que tal signifique menos apreço pelo insubstituível papel que coube e caberá às Cooperativas e demais Associações na Região.

Assistir a que haja Dirigentes Cooperativos a integrar, em simultâneo, Órgãos da Associação de Empresas e da Casa do Douro, é algo que não ajuda à transparência e clareza de posições.

Para além disso sobram múltiplos exemplos de que as Cooperativas e a respectiva União, têm sido essencialmente chamadas a opinar quando o IVDP sente dificuldades em levar por diante posições contrariadas pela Casa do Douro.



CASA DO DOURO
Desde 1932

7

Exemplos disso são as posições assumidas na fixação do quantitativo de benefício em 2010 e 2011. No primeiro ano, algumas pretenderam mais do que as 110.000 pipas; em 2011 foi afirmado, e não desmentido, que muitas das Cooperativas pretendiam que se fixasse um quantitativo inferior às 85.000 pipas.

Como entender que cabendo ao Conselho Regional da Casa do Douro eleger os representantes da Produção (dez) no Conselho Interprofissional do IVDP, a Lei lhe fixe que quatro dos mesmos lhe sejam previamente impostos (dois pela maior Cooperativa da Região e dois pela única e minúscula Associação de Produtores-Engarrafadores)?

Estamos neste caso, segundo o nosso ponto de vista, perante uma inequívoca e propositada limitação democrática, que gera confusões e divisões no seio da representação da Produção. Confusões e divisões agravadas quando os governantes do Sector teimam, sem excepção, em não reconhecer o estabelecido na Lei e ouvem em pé de igualdade quem está dentro ou fora do Interprofissional. Se é assim, mude-se a Lei!

Finalmente, nesta parte da nossa exposição, queremos deixar claro que partes do Sector Vitivinícola Durienses nos apresentam muito fechadas à informação.

Está arreigada a convicção de que tudo o que sucede na Produção faz parte de um livro aberto, por vezes demasiado aberto, e que o Comércio é, em muitos aspectos, uma realidade impenetrável à informação que clarifique a sua real situação.

Exemplo disso está na percepção concreta do que significa, no final de 2010, o excesso de capacidade de venda. Ela distribui-se uniformemente por todas as empresas, ou não? Há, ou não, empresas que sempre foram praticando por excesso a Lei do Terço sem que nada as obrigasse a isso?

Esta informação é de importância fundamental para decidir a atribuição do quantitativo de benefício.

Propositadamente deixamos para o fim repetir algumas das ideias que temos sobre a Casa do Douro e que tantas vezes foram já enunciadas nesta Comissão em Legislativas anteriores.



CASA DO DOURO
Desde 1932

8

Começamos por fazer algumas citações da entrevista concedida ao Jornal de Notícias em 12 de Setembro do corrente ano pelo sociólogo António Barreto, ex-Ministro da Agricultura, e com as quais apenas temos uma discordância muito pontual.

Diz o entrevistado:

“O grande problema é a Casa do Douro. Enquanto não for forte, actuante e independente os problemas quase não têm solução”.

“A Casa do Douro não se ocupava da organização da região, mas dava alguma força negocial ao Durienses”.

“A transição fez-se sem que produtores durienses ou o Estado encontrassem um sistema para substituir a antiga Casa do Douro”.

“Exijo mais do Estado. Há 20 anos que os Governos estão a falhar redondamente no Douro”.

Pela parte que nos toca, queremos deixar, ainda que telegraficamente, as seguintes ideias e princípios:

- Estatutos da Casa do Douro – Existem e são da responsabilidade da Assembleia da República e dos Governos! Têm normas contraditórias que incentivam a divisão da Produção. Para além disso a legislação aplicável ao IVDP origina duplicação de serviços fazendo com que os Viticultores tenham que correr a via-sacra entre as várias Instituições.
- O modelo organizativo que vigorou na RDD desde 1932 até 1995 foi nesse ano profundamente alterado. O Estado não se preocupou com as nefastas consequências que as alterações iriam produzir na Casa do Douro. Deixou-a sozinha e abandonada. Retirou-lhe competências e receitas para as entregar à CIRDD e depois ao IVDP. Entretanto manteve intocáveis as suas estruturas.
- A Casa do Douro endividou-se para além dos limites do razoável em 1992/93/94 para cumprir a obrigação legal do escoamento dos excedentes verificados nas vindimas de 1989 e 1990. Escoou 41.380 pipas em 1990 e 53.090 pipas em 1991.
Começou aqui a sua saga!



CASA DO DOURO
Desde 1932

9

- Entretanto adquiriu 40% do capital social da Real Companhia Velha em negócio que causou a maior polémica e prejuízos avultadíssimos. A Acção Judicial de Anulação intentada pelo Ministério da Agricultura só foi retirada, após complexas negociações, em Fevereiro de 2005.
- Em 1997 a Casa do Douro subscreveu contrato com a Banca para pagamento das dívidas em 20 anos, com o aval do Estado. Durante este período a Casa do Douro adquiriria vinhos excedentes para elaborar lotes que o Comércio compraria. Este deixou de comprar em quantitativos significativos a partir de Outubro de 2001.
- Em 2003 é o próprio Governo que acaba com a possibilidade da Casa do Douro retirar vinhos excedentes, o que dificultou enormemente a sua acção e significou quase que uma condenação à morte. Na altura a Oposição Partidária denunciou o facto e mostrou estar contra. Esta mesma Oposição, quando Poder, deixou correr o marfim.
- Em 2003 e 2005 a Casa do Douro subscreveu contratos importantíssimos com os Governos, IVDP e DRATM sobre Cadastro e Serviços Laboratoriais.
- Em Dezembro de 2007 o IVDP rescindiu unilateralmente o Protocolo sobre Cadastro e mais tarde o referente aos serviços de Laboratório.
- O IVDP não pagou à Casa do Douro as prestações respeitantes aos segundos semestres de 2005, 2006 e 2007 relativas ao primeiro desses Protocolos.
- As acções judiciais apresentadas pela Casa do Douro em 2008, como último recurso, jazem sem julgamento nos Tribunais competentes. **A Justiça actuará seguramente quando a Casa do Douro desaparecer!**
- Contra a Casa do Douro foram colocadas acções judiciais envolvendo a entrega de vinhos para pagar a dívida ao Estado contraída em 1997. Iguais procedimentos foram assumidos quanto à dívida ao IVV, que a Casa do Douro sempre reconheceu, e ao IFAP (ex-INGA) que nunca reconheceu. Esta última dívida, a existir, reporta ao ano de 1987 e nunca foi reclamada até 2003. A partir daí foram vários os números referidos para o montante da dívida, o que não abona de modo nenhum quem assim procedeu.



CASA DO DOURO
Desde 1932

9

- Entretanto adquiriu 40% do capital social da Real Companhia Velha em negócio que causou a maior polémica e prejuízos avultadíssimos. A Acção Judicial de Anulação intentada pelo Ministério da Agricultura só foi retirada, após complexas negociações, em Fevereiro de 2005.
- Em 1997 a Casa do Douro subscreveu contrato com a Banca para pagamento das dívidas em 20 anos, com o aval do Estado. Durante este período a Casa do Douro adquiriria vinhos excedentes para elaborar lotes que o Comércio compraria. Este deixou de comprar em quantitativos significativos a partir de Outubro de 2001.
- Em 2003 é o próprio Governo que acaba com a possibilidade da Casa do Douro retirar vinhos excedentes, o que dificultou enormemente a sua acção e significou quase que uma condenação à morte. Na altura a Oposição Partidária denunciou o facto e mostrou estar contra. Esta mesma Oposição, quando Poder, deixou correr o marfim.
- Em 2003 e 2005 a Casa do Douro subscreveu contratos importantíssimos com os Governos, IVDP e DRATM sobre Cadastro e Serviços Laboratoriais.
- Em Dezembro de 2007 o IVDP rescindiu unilateralmente o Protocolo sobre Cadastro e mais tarde o referente aos serviços de Laboratório.
- O IVDP não pagou à Casa do Douro as prestações respeitantes aos segundos semestres de 2005, 2006 e 2007 relativas ao primeiro desses Protocolos.
- As acções judiciais apresentadas pela Casa do Douro em 2008, como último recurso, jazem sem julgamento nos Tribunais competentes. **A Justiça actuará seguramente quando a Casa do Douro desaparecer!**
- Contra a Casa do Douro foram colocadas acções judiciais envolvendo a entrega de vinhos para pagar a dívida ao Estado contraída em 1997. Iguais procedimentos foram assumidos quanto à dívida ao IVV, que a Casa do Douro sempre reconheceu, e ao IFAP (ex-INGA) que nunca reconheceu. Esta última dívida, a existir, reporta ao ano de 1987 e nunca foi reclamada até 2003. A partir daí foram vários os números referidos para o montante da dívida, o que não abona de modo nenhum quem assim procedeu.



Comissão de Agricultura e Mar



CASA DO DOURO
Desde 1932

- Sobre os vinhos da Casa do Douro têm proliferado boatos. Dizia-se que são na sua maioria vinhos brancos (ora os vinhos brancos estão na moda; que azar!) e geralmente maus. Que são para queimar! Ora aí estão os varejos do IVDP e as provas e análises a que têm sido periodicamente submetidos para desmentir tudo isso.
- A Casa do Douro é uma Associação Pública de inscrição obrigatória. Ninguém poderá exercer legalmente a Viticultura no Douro sem estar inscrito na Casa do Douro. Estes dois preceitos legais têm consequências lógicas no respeitante ao pagamento obrigatório das quotas. Só assim o não entende quem tem detido o poder no IVDP. Daí violar sistematicamente o estabelecido na Lei.

Por tudo isto, a Casa do Douro enfrenta hoje situações aflitivas, algumas a cobri-la de vergonha.

Regressaram as ameaças de venda em hasta pública de edifícios e vinhos!

Os fornecedores esperam que se lhes pague aquilo que forneceram há vários meses!

Os Trabalhadores que ainda resistem estão com 16 meses de salários em atraso!

Muitos outros exemplos poderiam ser dados.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Ao longo dos últimos quinze anos não bastaram duas Resoluções do Conselho de Ministros, cinco Resoluções da Assembleia da República, oito Projectos de Resolução e uma manifestação que deu origem a um Debate de Urgência, para se resolverem os problemas do Douro e da sua Instituição emblemática.

Do mesmo modo falharam múltiplas conversas, a que alguns pomposamente chamaram de negociações, as últimas das quais decorreram com o Governo anterior e que, a concretizarem-se em acordo, significariam a destruição da Casa do Douro e a responsabilização dos bens patrimoniais dos seus Directores, que poderiam igualmente



CASA DO DOURO
Desde 1932

ficar sujeitos a processos crime pelo facto de subscreverem documentos que continham condições que à partida se sabia não poderem ser cumpridas

Terminamos agradecendo a atenção dispensada e incentivando os Senhores Deputados a procurarem uma resposta para a seguinte questão:

A Casa do Douro é, para os Órgãos de Soberania, tida hoje como parceira, adversária ou inimiga a abater dentro do Sector Vitivinícola Duriense?

A Direcção da Casa do Douro

Audição parlamentar da Unidouro

“Problemas vividos pelo sector cooperativo na Região Demarcada do Douro”

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Gostaria em primeiro lugar de agradecer o convite que dirigiram à Unidouro, para aqui, hoje tecermos algumas considerações sobre o momento particularmente difícil que vive o sector cooperativo na Região Demarcada do Douro, não sem antes fazer um pequeno enquadramento sobre o seu aparecimento na Região para todos verificarmos a importância que teve e terá na defesa, sobretudo dos pequenos e médios vitivinicultores.

O aparecimento do movimento cooperativo na Região do Douro, surgiu na década de 50 com o objectivo de proteger os pequenos e médios viticultores, tendo em vista o escoamento dos seus vinhos. Foram criadas 25 cooperativas, existindo hoje 19 unidades em funcionamento.

O sector cooperativo foi ao longo destes mais de cinquenta anos de existência cumprindo os seus objectivos, resolvendo muitos dos problemas sociais dos seus associados, a par de um esforço de modernização tecnológica de todas as unidades de transformação tendo em conta a necessidade e exigência do mercado.

A situação que se vive hoje no sector, resultante de um mercado global e cada vez mais competitivo e liberalizado, tem servido

para apontar o sector cooperativo como o mal de todos os males, com o que naturalmente discordamos, reconhecendo entretanto que deverão as cooperativas responder, sem dramas, a um mercado cada vez mais exigente e concorrencial.

Simultaneamente com as alterações de produção e comércio, verificou-se uma mudança, quer nos hábitos do consumidor quer na própria forma de compra e ainda a influência dos críticos do sector.

E é em todo este contexto que as cooperativas exercem a sua actividade.

Mas como atrás dizíamos, as cooperativas foram criadas numa altura completamente diferente, sendo certo que até 1990 vivíamos com ajudas comunitárias significativas e com preços de escoamento a granel razoáveis, não havendo dificuldades de sobrevivência.

A partir desta data e tendo em consideração, que estamos perante pequenas unidades de produção e transformação, com dificuldades para se realizarem investimentos imateriais e ainda com o aumento da concorrência, os preços de venda têm vindo a decair o que provoca sérias dificuldades financeiras, nomeadamente devido aos encargos fixos e de estrutura(Serviço de dívida).

Mesmo assim o sector cooperativo na Região Demarcada do Douro que representa mais de 40% dos viticultores é responsável por produzir, segundo informações do IVDP, cerca de

30% Vinho Generoso

75% Vinho Moscatel

45% Vinho de Mesa

80% Vinho de Regional

40% Vinho DOC Douro

Correspondendo a cerca de 40% da produção total da Região.

Em termos de comercialização o sector vende:

17% DOC DOURO

90% Moscatel

90% I.G. Duriense

3% Porto

E então em face desta realidade o que podem fazer as nossas adegas que têm de receber dos seus associados toda a matéria-prima, boa ou má?

Para que modelo de organização devem evoluir, de molde a tornarem -se tão ou mais competitivas que as empresas privadas?

E que tipo de gestão devem utilizar de forma a atingir a sustentabilidade económica/ financeira, ganharem liquidez, pagarem a tempo e horas aos seus associados, mantendo as suas preocupações sociais?

E então onde estão os meios financeiros que ajudem a resolver a reestruturação dos seus passivos, profissionalizar a gestão, definir projectos de internacionalização e marketing?

Parece-me que quanto mais tarde as Adegas fizerem a sua evolução, a sua reestruturação e modernização, mais difícil será a sua sobrevivência.

Seria também necessário que os instrumentos financeiros disponíveis fossem mais afinados e reforçados para poderem verdadeiramente servir de ajuda á necessária evolução do sector cooperativo.

Naturalmente que entendemos que aquelas ajudas deverão pressupor uma alteração estrutural em que á criação de escala e de competitividade seja acrescentada uma gestão transparente e profissional, porque um governo responsável deve apostar em ajudas financeiras e apoios que ajudem a mudar de forma estrutural o modelo de funcionamento das Adegas Cooperativa

Dizer ainda que a revisão do código cooperativo, os seguros de colheita, os seguros de crédito, a revisão do modelo institucional da Região, A promoção dos vinhos da região, são assuntos que deverão merecer uma atenção urgente de todos os intervenientes no sector.

É que chegam todos os dias aos nossos ouvidos queixumes e até a revolta daqueles viticultores que estão a passar situações de muita dificuldade, de tal forma que aquilo que recebe não chega muitas vezes para pagar as despesas de vindima, este ano agravado com o corte injustificado de 25000 pipas de vinho generoso. E os pequenos e médios viticultores? cuja existência está intimamente ligada á manutenção desta região classificada como Património da Humanidade, estão cada vez mais pobres, sem futuro para si e para os seus filhos, obrigados a vender ou a abandonar as suas propriedades.

Por isso e enquanto é tempo entendemos que as medidas políticas tantas vezes anunciadas por sucessivos governos, possam, sem delongas, surtir efeitos positivos

Para finalizar dizer, que alguns por ignorância ou má fé põem em causa a capacidade e o mérito dos serviços prestados á lavoura pelas adegas cooperativas; mas a questão deverá colocar-se noutro sentido:

O que seria dos pequenos e médios viticultores se as adegas cooperativas não existissem?

Entendemos pois que a solução cooperativa não só não está esgotada como integra imensas potencialidades que importa desenvolver e concretizar face aos problemas e aspirações dos nossos vitivinicultores.

E isto antes que o Douro, a par do que aconteceu noutras épocas da sua história, entre em convulsão social cujas consequências serão certamente desastrosas.

Para terminar renovamos os nossos agradecimentos, na convicção de que em conjunto haveremos de definir e por em prática um verdadeiro modelo para o sector cooperativo, que deverá ser urgente e determinante para o futuro das cooperativas da Região Demarcada do Douro.



ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS DE VINHO DO PORTO

**Reunião com a Comissão de Agricultura,
Desenvolvimento Rural e Pescas da
Assembleia da República**

12.10.2010

VINHO MODERAÇÃO
Associação das Empresas de Vinho do Porto

AEVP - ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS DE VINHO DO PORTO
Rua Dr. António Gomes, 207 - 4100-121 Vila Nova de Gaia - Portugal
Tel. +351 221 45 420 Fax. +351 221 95 400 e-mail: aevp@aevp.pt



1. A AEVP na Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas da Assembleia da República

O Vinho do Porto na última década

- O sector do Vinho do Porto **perdeu nos últimos 10 anos cerca de 12 milhões de garrafas** de vinho comercializado, representando uma **quebra de 10%**.
- O sector do Vinho do Porto representa hoje **um volume de negócios de 370 milhões de euros**, o que traduz nos últimos 10 anos, sem levar em conta a evolução da inflação (o preço médio de venda do Vinho do Porto, ajustado à inflação (IPC) desceu 22% nos últimos 10 anos), **uma diminuição de cerca de 44 milhões de euros (-10%)** nas suas receitas
- Se esta tendência de decréscimo se mantiver na próxima década, perderemos no mínimo mais de um milhão de caixas, situando-se a comercialização de Vinho do Porto à volta das **8,5 milhões de caixas comercializadas**.



1. A AEVP na Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas da Assembleia da República

O Vinho do Porto na última década

- Em 2000 o Comércio tinha um saldo de capacidade de vendas de 9%.
- Em 2009 o Comércio tinha um saldo de capacidade de vendas de 30,7% e em 2010 de 24,55%.
- Em 2011 deverá manter-se à volta dos 24%, sendo nos últimos 3 anos o mais elevado ao longo de algumas décadas.



1. A AEVP na Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas da Assembleia da República

O Vinho do Porto na última década

- Em contraciclo a **área total de vinha na região do Douro cresceu descontroladamente:**
- A área total de Vinhas no Douro cresceu de 41.756 ha em 2000, para 45.073 ha em 2011. + 8%
- A área total de Vinhas aptas à produção de Vinho do Porto cresceu de 29.492 ha para 33.397 ha. + 13%



1. A AEVP na Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas da Assembleia da República

O Vinho do Porto na última década

- O excesso de produção no Douro, num ano normal, é de 30.000.000 litros = 54.300 pipas*
- As propriedades da RDD cada vez têm uma atribuição da autorização de produção de Vinho do Porto menor, comprometendo a sua viabilidade económica.

* Produção total menos as vendas de Porto, DOC/Regional e Moscatel



1. A AEVP na Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas da Assembleia da República



Na vindima de 2010 a AEVP defendeu um benefício de 100.000 pipas de vinho, tendo o Conselho Interprofissional decidido maioritariamente 110.000 pipas de mosto. O preço desceu cerca de 6% e ficaram na produção 9.000 pipas excedentárias adquiridas em 2011 por antecipação de vindima.

Neste contexto e tendo em conta a intenção de compras manifestada pelas empresas suas associadas, a AEVP defendeu, para 2011, um benefício de 85.000 pipas de mosto para vinho do Porto.



1. A AEVP na Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas da Assembleia da República

E fê-lo porque é urgente corrigir os erros do passado que provocaram elevados stocks de vinho excedentários, criando assim graves desequilíbrios no sector.

É fundamental para o sector travar a descida dos preços na produção. E isso só poderá ocorrer tornando o produto escasso.

Na análise que fazemos do sector, esta redução terá um carácter transitório.

A solução, para a qual todos deveremos contribuir, é o aumento das vendas do sector.

Sem o aumento de vendas o alargamento do benefício só gerará excedentes com a consequente desregulação do mercado e quebra de preços.



1. A AEVP na Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas da Assembleia da República

Neste sentido a AEVP apresentou ao anterior e a este governo um plano estratégico de recuperação do sector, que se sintetiza nos seguintes pontos:

- a) A urgente e indispensável transformação do IVDP em entidade privada com poderes públicos e de carácter interprofissional.
- b) A criação de um fundo promocional para apoiar a promoção das marcas próprias de vinho do Porto através da recuperação dos 8 milhões de euros existentes no sector e cativados pelo Estado e da criação de mais uma taxa sobre a comercialização.
- c) A política de plantio na Região ser da exclusiva responsabilidade do Conselho Interprofissional.
- d) A valorização do produto pela manutenção do equilíbrio entre a procura e a oferta.



As Audições foram gravadas e podem ser ouvidas aqui:

http://srvvideo3/site/XIILEG/1SL/COM/07-CAM/CAM_20111012_1.mp3

http://srvvideo3/site/XIILEG/1SL/COM/07-CAM/CAM_20111012_2.mp3

http://srvvideo3/site/XIILEG/1SL/COM/07-CAM/CAM_20111012_3.mp3

http://srvvideo3/site/XIILEG/1SL/COM/07-CAM/CAM_20111012_4.mp3

http://srvvideo3/site/XIILEG/1SL/COM/07-CAM/CAM_20111012_5.mp3

O Senhor Presidente agradeceu a presença e contributos de todos e manifestou a total disponibilidade da CAM, colaborar com as associações e com o governo para o encontrar das

melhores soluções visando a resolução dos graves problemas que atravessam a região Demarcada do Douro.

A reunião foi encerrada às 20:40 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

:

Abel Baptista
Agostinho Lopes
Cristóvão Norte
Fernando Jesus
Jorge Fão
José Luís Ferreira
Luís Fazenda
Luís Pedro Pimentel
Manuel Isaac
Manuel Seabra
Maria José Moreno
Mário Simões
Miguel Freitas
Nuno Serra
Paulo Batista Santos
Pedro Alves
Pedro do Ó Ramos
Pedro Lynce
Renato Sampaio
Rosa Maria Albernaz
Vasco Cunha
Acácio Pinto
Afonso Oliveira
Eduardo Teixeira
Graça Mota
Hélder Sousa Silva
João Paulo Pedrosa
João Paulo Viegas
Lídia Bulcão
Maurício Marques
Pedro Pimpão
Rui Jorge Santos
Teresa Costa Santos

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:



Comissão de Agricultura e Mar

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Isabel Santos
Ulisses Pereira

Palácio de São Bento, 12 de Outubro de 2011.

O PRESIDENTE

(Vasco Cunha)